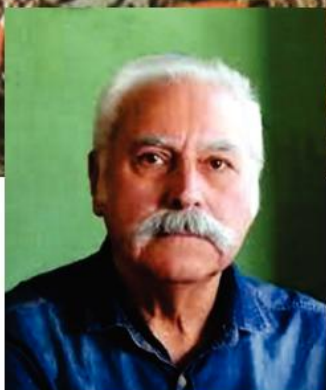


O PREÇO DA INDEPENDÊNCIA



Embarque da família Real Portuguesa para o Brasil em 1807
Nicolás Louis Albert, Século XIX



Juvêncio Saldanha Lemos

Coronel do Exército Brasileiro,
Advogado, Historiador e Escritor

Desde o descobrimento, a moeda circulante no Brasil era o ouro, a prata e, eventualmente, diamantes. Em espécie. E todos viviam muito bem: o escambo suprindo as exigências comerciais. Nada de bancos e papéis.

Esse paraíso chegou ao fim com a chegada da Família Real, em 1808. Já em 28 de junho de 1808, o príncipe-regente Dom João criou o “Real Erário do Brasil”, para guardar o dinheiro da Coroa. Posteriormente, esse “Real Erário” passou a se chamar “Thesouro Imperial”, atual Tesouro Nacional.

Ora, a chegada da corte portuguesa, com o seu séquito de 15.000 pessoas, revolucionou os costumes da rústica sociedade brasileira. Maravilhada com os faustosos hábitos desses europeus, que se traduziam em um consumo desenfreado, tratou de copiá-los. E gostou, claro!

Riqueza para tanto havia; moeda, não.

A Abertura dos Portos facilitou e estimulou tal consumo. “Em poucas semanas, partiram de Manchester para o Brasil mais mercadorias que as importadas, via Portugal, nos vinte anos anteriores”.¹ Há até quem diga que em poucos meses a Inglaterra exportou diretamente para o Brasil muito mais do que havia exportado, via Portugal, desde o descobrimento.

Foi um período em que, com alegria e falta de juízo, importou-se de tudo. Como as exportações não acompanharam essas descontroladas importações, daí nasceu um perigoso déficit na balança comercial, cuja gravidade foi solenemente desprezada.

Por outro lado, agigantada, a atividade comercial passou a exigir um facilitador.

¹ FRANCO, Afonso Arinos de Mello e PACHECO, Cláudio – “História do Banco do Brasil”, p. 15, Ed. AGGS, Indústrias Gráficas S.A., RJ, 1980.



O Príncipe-Regente D. João VI retratado por Domenico Pellegrini, 1805
Museu Nacional de Arte Antiga, Portugal

tador de trocas mais ágil. Alguns comerciantes do Rio de Janeiro, por conta própria, começaram a emitir títulos particulares, muito confiáveis, e que logo passaram a circular como se moeda fossem.

Concomitantemente, era cada vez maior a necessidade de fundos por parte do real governo, para sustentar as suas gastanças palacianas e aventuras bélicas. Os rendimentos nacionais não estavam suportando as despesas da Corte, obrigando Dom João a recorrer continuamente aos empresários particulares para receber as suas rendas atrasadas.

Desses dois determinantes surgiu a ideia de criar um banco nacional, com dupla função: fornecer moeda oficial para as transações comerciais e recursos para a administração do Estado.

Em 12 de outubro de 1808, nasceu o Banco do Brasil, com capital inicial de 1.200 contos, representados por 1.200 ações de um conto de réis cada. Tais ações seriam vendidas a capitalistas, comerciantes e fazendeiros endinheirados. Com lastro em ouro, prata e diamantes, o Banco emitiria apólices, que circulariam como papel-moeda.

Não foi fácil a venda das ações. Os milionários brasileiros – com a maior das razões, como os fatos provaram – desconfiaram daquilo. Foi preciso que Dom João apelasse para uma arma infalível – a exploração das vaidades – para que tal reação

fosse superada. E assim o foi, por meio da concessão de comendas e títulos de nobreza para quem se tornasse acionista do Banco. Isso começou a operar em 11 de dezembro de 1809.

Enquanto ouro e prata saíam do Brasil, gastos realizados na compra de escravos, bugigangas inglesas e modismos franceses, quando não no contrabando direto, o governo real avançava sem dó nem piedade sobre o nascente patrimônio do Banco. Saques absolutamente a descoberto.

Aclamação de D. Pedro I, Imperador do Brasil, no campo de Santana, Rio de Janeiro, por Jean Baptiste Debret, 1822





A coroação do Imperador D. Pedro I do Brasil por Jean Baptiste Debret, 1822
Acervo do Palácio do Itamaraty, Brasília

lica, como lastro de um meio circulante de 6.700 contos! Falência à vista. A nossa Independência foi proclamada com o governo brasileiro devendo mais de 8.000 contos de réis ao Banco do Brasil e sem perspectivas de

Em 1813, nove anos antes da Independência, a despesa na administração era de 230 contos mensais, dos quais 150 contos – ou seja, 65% – consumidos apenas pela Casa Real e Repartições Militares. Em abril desse ano, a dívida pública com o Banco do Brasil era de 625 mil cruzados. Em agosto, 1.500.000 cruzados. Um desatino total, com o Banco funcionando sem qualquer disfarce como fábrica de dinheiro para o governo esbanjar. E pior, dinheiro proveniente de emissões sem lastro.

Em setembro de 1817, cinco anos antes da Independência, houve os primeiros boatos de quebra do Banco. O povo correu inutilmente a trocar o seu papel-moeda por metal. O governo reagiu prendendo os boateiros e colocando sentinelas armadas nas portas do Banco, já com sede onde funciona a agência na rua 1º de Março, no Rio de Janeiro.

Os papéis do Banco do Brasil se desvalorizaram mais ainda. Mas a instituição aguentou e, não há como negar, continuou financiando as vitais necessidades do Brasil. E alimentando a ganância de seus reais gestores.

No ano de 1821, véspera da Independência, com o retorno de Dom João VI para Portugal, o Banco do Brasil levou a pancada fatal. O lastro que ainda tinha em metais e diamantes foi levado pelo Rei e sua Corte. Há o registro de que foram necessários seis navios para dar conta da preciosa carga. Até as moedas de cobre levaram. Em caixa ficaram apenas 200 contos em moeda metá-

honrar tal dívida. E a organização de um novo estado independente – burocracia, embaixadas etc. – mais as campanhas militares contra os portugueses na Cisplatina, Bahia, Maranhão e Pará, traduziam-se em mais gastos, horripilantemente obrigatórios. Em fins de 1822, ano da Independência, a dívida com o Banco do Brasil atingiu a astronômica cifra de 6.805.588\$70!



Marquês de Barbacena em litografia por Sébastien Auguste Sisson, 1861
Acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, São Paulo

Exauridas as fontes de empréstimos nacionais, o Imperador Dom João autorizou, por Decreto de 5 de janeiro de 1824, a busca de empréstimos no exterior.

Com essa missão, foi enviado para a Inglaterra Felisberto Caldeira Brant Pontes, futuro Marquês de Barbacena, que lá contraiu o famoso “Empréstimo da Independência” junto a capitalistas britânicos, a maior parte com a Casa Bancária Rothschild, de Londres. A operação foi oficializada em 17 de setembro de 1824.

Dizem alguns que até hoje estamos pagando tal empréstimo. Pode ser que sim, pode ser que não. Duvido que algum tipo de auditoria esclareça a dúvida. O fato histórico é que do empréstimo de 4.469.630\$789 apenas metade chegou aos cofres do Banco do Brasil. A outra metade ficou na Inglaterra, descontados antecipadamente juros, taxas, consignações, emolumentos e o que mais fosse.

Não há como desconhecer que essa desgraça financeira para o Brasil indepen-



Armas da família Brant, por Rodolfo Smith de Vasconcelos e Jaime Smith de Vasconcelos (1918). Archivo Nobiliarchico Brasileiro

insurreição brasileira; mais 600.000 libras como indenização das propriedades da Coroa Lusitana deixadas no Brasil.

Dois milhões de libras em moeda sonante!

“Aqui a loucura arrojou por terra o penacho do vencedor, e recuperou a política o que as armas haviam perdido”.²

Em suma, nós compramos, e pagamos até o último vintém, a nossa Independência. Desconheça que exista outro caso similar no mundo.

Foi caro, mas valeu a pena.

² ARMITAGE, João – “História do Brasil”, p. 156, Ed. Livraria Editora Zílio Valverde, Rio, 1943.

Juvêncio Saldanha Lemos

Coronel do Exército Brasileiro, advogado, historiador e escritor. É Membro-Efetivo da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/Rio Grande do Sul - AHITBRS e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - IHGRGS, sendo autor de obras como “Mercenários do Imperador. A primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1830)”; “A saga no Prata”; “Brummers a Legião Alemã Contratada pelo Império Brasileiro em 1851”; “Dever Secreto”; “Memórias do Coronel”.